

**MESTRADO**  
**DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO**  
**RELATÓRIO DE ESTÁGIO**

**EMIGRAÇÃO E ASSOCIATIVISMO EMIGRANTE: O CASO DE  
PORTUGAL**

**BEATRIZ NABAIS MONTEIRO VAZ**

**JUNHO – 2022**

**MESTRADO EM**  
**DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO**  
**RELATÓRIO DE ESTÁGIO**

**EMIGRAÇÃO E ASSOCIATIVISMO EMIGRANTE: O CASO DE  
PORTUGAL**

**BEATRIZ NABAIS MONTEIRO VAZ**

**ORIENTAÇÃO:**

**PROFESSOR JOÃO PEIXOTO**  
**PROFESSOR RUI PENA PIRES**

**JUNHO – 2022**

## Agradecimentos

Primeiramente, gostaria de agradecer ao Professor João Peixoto, o meu orientador, por toda a sua disponibilidade, cuidado e atenção que me auxiliaram na elaboração e planificação do presente relatório, assim como pela formulação de críticas construtivas e por todos os conhecimentos transmitidos durante a redação do mesmo.

Seguidamente, gostaria de agradecer ao Observatório da Emigração por me ter proporcionado a oportunidade de poder estagiar numa estrutura técnica tão singular em Portugal. Gostaria, especialmente, de dirigir os meus sinceros agradecimentos ao meu co-orientador Professor Rui Pena Pires, à Professora Joana Azevedo, à Dr.<sup>a</sup> Inês Vidigal e, também, à Dr.<sup>a</sup> Carlota Moura Veiga, que me orientaram em todas as reuniões e que sempre demonstraram uma enorme amabilidade para comigo.

Aos meus pais, que me possibilitaram frequentar o Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, que me apoiaram incondicionalmente e que são modelos de resiliência e de coragem. Obrigada, também, por toda a paciência requerida e, acima de tudo, por nunca me terem deixado desistir.

À minha avó, à minha madrinha, aos meus tios e tias e às minhas primas que sempre se demonstraram disponíveis para me auxiliar neste caminho e que ajudaram a que as condições para a realização deste relatório fossem sempre ideais.

Ao meu namorado, que me acompanhou neste caminho de forma inigualável, que sempre acreditou em mim e que me estimulou a terminar este relatório.

Aos meus amigos e amigas, que sempre se mostraram interessados no meu sucesso e que, em todos os momentos, me mantiveram motivada para a finalização deste relatório.

Por fim, a duas pessoas que partiram durante a realização deste relatório, mas que seriam impossíveis de esquecer: avô Abel e avô Manuel. Obrigada por todos os ensinamentos e vivências.

## Resumo

O presente Relatório de Estágio surge no âmbito do Trabalho Final de Mestrado, tendo em vista a concretização do Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG). Assim sendo, o estágio foi efetivado no Observatório da Emigração, o qual estuda e analisa as migrações de forma meticulosa e precisa.

O referido estágio centrou-se, essencialmente, no estudo de dados referentes ao associativismo emigrante português espalhado pelas mais variadas partes do globo, sendo que o produto final deste estudo resultou na construção e atualização de duas bases de dados relativas à temática do movimento associativo emigrante de Portugal.

O presente relatório encontra-se dividido em cinco secções. Numa primeira parte é apresentada a introdução, que contextualiza o tema do relatório e que apresenta as motivações pessoais para a realização do mesmo. Seguidamente, é abordado e explorado o enquadramento teórico e metodológico da temática em análise. Posteriormente, encontra-se a descrição e a análise das atividades desenvolvidas durante o estágio, assim como a caracterização pormenorizada da organização. Na quarta secção são realizadas algumas reflexões acerca das atividades levadas a cabo durante o estágio à luz da teoria anteriormente explorada. Por fim, encontram-se as considerações finais do relatório, as quais irão conter as principais linhas orientadoras e que são os pilares do relatório, assim como algumas notas pessoais.

**Palavras-chave:** Observatório da Emigração, Emigração, Associativismo Emigrante, Portugal.

## Abstract

This Internship Report arises in the context of the Final Master's Degree, in order to achieve the Master's Degree in Development and International Cooperation of the Lisbon School of Economics and Management (ISEG). Thus, the internship was carried out at the Emigration Observatory, which studies and analyses the migrations in a meticulous and precise way.

This internship focused essentially on the study of data concerning the Portuguese emigrant associative movement spread throughout the various parts of the world, and so the final product of this study resulted in the construction and updating of two databases on the theme of the associative emigrant movement in Portugal.

This report is divided into five sections. The first section presents the introduction, which contextualises the theme of the report and presents the personal motivations for its realisation. Next, the theoretical and methodological framework of the theme under analysis is discussed and explored. Subsequently, there is the description and analysis of the activities developed during the internship, as well as the detailed characterisation of the organisation. In the fourth section some reflections are made about the activities carried out during the internship in the light of the theory previously explored. Finally, there are the final considerations of the report, which will contain the main guidelines and which are the pillars of the report, as well as some personal notes.

**Keywords:** Emigration Observatory, Emigration, Portuguese Emigrant Associations, Portugal.

## Índice

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO: MIGRAÇÕES E ASSOCIATIVISMO EMIGRANTE.....	3
1. Retrato das migrações internacionais na atualidade .....	3
1.1. Conceitos associados às migrações .....	5
1.2. Tendências das migrações .....	8
2. Emigração portuguesa: tendências e particularidades .....	10
3. Associativismo migrante: o caso português .....	16
3.1. O papel das associações no desenvolvimento de atividades para os emigrantes: as festividades .....	18
3.2. Os movimentos associativos e as suas relações com o Estado em Portugal .....	19
CAPÍTULO II – DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS.....	20
1. Descrição da organização .....	20
2. Descrição das atividades realizadas.....	24
CAPÍTULO III – OS DADOS SOBRE ASSOCIATIVISMO EMIGRANTE À LUZ DA TEORIA .....	25
CONCLUSÃO.....	32
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	34
ANEXOS .....	38
Anexo 1 – Exemplo de um <i>Working Paper</i> .....	38
Anexo 2 – Organigrama do Observatório da Emigração .....	39
Anexo 3 – Conselho Científico do Observatório da Emigração .....	40
Anexo 4 - Exemplo de uma associação pertencente à primeira base de dados (área consular de Estrasburgo) .....	41
Anexo 5 - Exemplo de uma associação pertencente à segunda base de dados .....	42
Anexo 6 - Exemplo de uma associação inativa .....	43

## **Índice de Gráficos e Tabelas**

Gráfico 1 - Evolução da emigração portuguesa entre os anos de 2001 e 2012 .....	12
Gráfico 2 – Evolução da emigração portuguesa entre os anos de 2013 e 2020 .....	13
Gráfico 3 - Valor das remessas recebidas por Portugal nos anos de 2018 e 2019 .....	14
Gráfico 4 - Número de portugueses presentes nos principais países de destino .....	15
Tabela 1 - Comparação do número de associações existentes no ano de 2016 com o número de associações no ano de 2021 .....	26
Tabela 2 - Tipos de associações existentes e sua representatividade numérica .....	30

## INTRODUÇÃO

No âmbito do Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, para a obtenção do grau de Mestre, é requerida a realização de um Trabalho Final de Mestrado que poderá assumir uma das três seguintes formas: relatório de estágio, dissertação ou trabalho de projeto. Tendo em vista algum enriquecimento pessoal e profissional, bem como a exploração de uma área de interesse de uma das temáticas do Mestrado frequentado, optei pela realização de um estágio e pela redação e elaboração do presente relatório.

O referido estágio foi efetuado no Observatório da Emigração e apresentou uma duração de cinco meses, sendo que foi efetivado entre os meses de fevereiro e junho de 2021. Os objetivos do estágio centraram-se no diálogo com várias associações de emigrantes portugueses para, posteriormente, introduzir e atualizar dados referentes às mesmas. Assim sendo, o presente relatório irá incidir, essencialmente, sobre a descrição e análise de todas as tarefas e atividades desenvolvidas ao longo do período de tempo anteriormente mencionado.

Considera-se este estudo muito pertinente, pois poderá permitir compreender a complexidade existente em torno da temática dos portugueses emigrados e a forma como estes se relacionam no estrangeiro. É de salientar que a área das migrações tem conquistado uma crescente preponderância na área do Desenvolvimento e da Cooperação Internacional.

Assim, o presente relatório começará por abranger o enquadramento teórico e metodológico relativo à temática das migrações internacionais na atualidade, assim como algumas elucidações acerca da emigração portuguesa e a sua respetiva interligação com os movimentos associativos de emigrantes portugueses. Posteriormente, e de forma detalhada, será apresentado o Observatório da Emigração, bem como as atividades desenvolvidas durante os cinco meses de estágio no mesmo. Seguidamente, constará uma reflexão acerca das atividades realizadas à luz da teoria presente no enquadramento teórico. E, finalmente, será elaborada uma conclusão pessoal e crítica, incluindo os

principais constrangimentos encontrados, assim como linhas de ação para futuras investigações.

## **CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO: MIGRAÇÕES E ASSOCIATIVISMO EMIGRANTE**

### **1. Retrato das migrações internacionais na atualidade**

As migrações internacionais foram, ao longo do tempo, conhecendo novos rumos e novas realidades, sendo que se foi tornando, progressivamente, mais relevante construir um retrato das mesmas. É nesta linha de pensamento que foram surgindo vários teóricos e artigos que concentraram o seu foco nesta matéria.

No estudo aprofundado das migrações e das suas dinâmicas intrínsecas, é necessário perceber de que forma estas se foram ajustando e, nalguns casos, modificando. Segundo o *World Migration Report* de 2022 (*IOM*, 2021), há duas condicionantes a ter em consideração, sendo elas os fatores históricos e os fatores contemporâneos. As condições históricas apresentam-se diretamente relacionadas com os mais variados contextos, podendo estes ser sociais, securitários, políticos ou económicos; já as condições contemporâneas são relativas a toda a questão que concerne a pandemia provocada pela COVID-19 (*IOM*, 2021).

A mobilidade internacional foi fortemente afetada pela pandemia, já que o vírus possibilitou a ocorrência de cerca de 108.000 restrições às deslocações de indivíduos. Apesar deste dado, foi igualmente verificado que as deslocações de pessoas devido a conflitos continuaram a prevalecer entre a comunidade internacional (*IOM*, 2021).

Também Castles, Haas e Miller (2014) teceram algumas considerações sobre o complexo tema que as migrações representam no panorama internacional, assim como os seus benefícios e entraves, tanto para a sociedade de origem, como para o país de acolhimento.

Começando por evidenciar que as migrações internacionais, bem como todas as dinâmicas a este tema inerentes, transformaram profundamente o rosto da sociedade internacional, os autores salientam, entre outros pontos, a divergência existente entre os migrantes e os decisores políticos (Castles, Haas e Miller, 2014).

Há, desta maneira, a construção de um debate em torno destes dois grupos, já que os migrantes destacam o sentimento de exclusão perante a sociedade de destino e, por sua vez, os decisores políticos reiteram a ideia de que estes não pretendem integrar-se devido ao facto de se manterem isolados dessa mesma sociedade (Castles, Haas e Miller, 2014). O choque cultural experienciado entre os migrantes e o país de destino pode, desta maneira, pôr em causa a segurança futura do país de acolhimento (Castles, Haas e Miller, 2014).

Todas as ideias alusivas à matéria das migrações manifestam uma dificuldade perante o estudo das mesmas e, desta realidade, não escapam os motivos que as levam a ocorrer. A decisão de abandonar o país de origem, por parte dos migrantes, nunca se baseia num ato isolado, mas sim pela conjugação das motivações individuais, dos fatores estruturais e das políticas migratórias (Oliveira, Peixoto e Góis, 2017).

É nesta linha de pensamento que é possível afirmar que qualquer tipo de migração resulta de uma gama de fatores partilhados pelos migrantes, como sendo os desequilíbrios salariais e as evidências de falta de emprego (CMMI, 2005).

Não só as dificuldades financeiras experienciadas pelos migrantes têm impacto na decisão de deslocação, mas também fatores como índices diferentes na esperança média de vida e falhas no sistema educativo (CMMI, 2005).

No entanto, as deslocações levadas a cabo pelos indivíduos não são regulares nem imutáveis, sendo que, ao longo do tempo, foram sendo estabelecidos padrões de migração distintos, os quais foram denominados “corredores” de migração (IOM, 2021). Estes “corredores” ocorrem, maioritariamente, de países em desenvolvimento para países já desenvolvidos; porém, também se manifestam aquando da ocorrência de determinados conflitos, geralmente de duração prolongada (IOM, 2021).

Tal como se verifica noutros fenómenos, a nível internacional, as migrações contam com o impacto de um leque variado de acontecimentos, o que provoca, inevitavelmente, um momento decisivo no cenário internacional.

Recentemente, a pandemia relacionada com a COVID-19 foi o acontecimento que mais impactou e transformou as deslocações internacionais (Peixoto, 2020).

## **1.1. Conceitos associados às migrações**

São várias as particularidades que envolvem o tema das migrações. No entanto, os migrantes internacionais perfilam-se como uma das componentes mais complexas e difíceis de classificar e agregar nos devidos grupos. É, assim, extremamente importante compreender a natureza destes indivíduos, assim como os motivos que os levam a migrar.

Derivada da dificuldade acima referida, torna-se necessária a investigação aprofundada acerca dos indivíduos que compõem as migrações e que nestas participam. Assim, a *International Organization for Migration* (2021) define os migrantes internacionais como pessoas que tenham alterado o seu país de residência usual, sendo que faz ainda a distinção entre os migrantes de curto e de longo prazo.

Assim, as migrações de curto prazo ou, também, migrações temporárias, representam casos de baixa duração que remetem para situações de transição na vida dos indivíduos; e, por outro lado, as migrações de longo prazo ou migrações permanentes que implicam o estabelecimento de nova residência efetiva no país de destino (Nolasco, 2016). O tempo implicado nas deslocações é, assim, um dos fatores determinantes na caracterização destas.

Apesar da linearidade de ambos os conceitos, existe a constatação de um problema de comparabilidade, uma vez que os diferentes países utilizam, também eles, critérios diferenciados na definição e identificação dos migrantes internacionais (*IOM*, 2021). Isto sucede porque os países estipulam períodos de tempo mínimos de residência distintos (*IOM*, 2021).

Dentro das migrações de longo e de curto prazo, é possível elaborar-se uma classificação ainda mais pormenorizada dos migrantes, a qual divide estes indivíduos em seis categorias distintas: os migrantes permanentes, os trabalhadores temporários, os profissionais qualificados temporários, os trabalhadores ilegais, os indivíduos requerentes de asilo e, por fim, os refugiados (Nolasco, 2016).

É, ainda, de salientar que a grande maioria das migrações ocorre internamente, ou seja, dentro dos próprios países, sendo que os indivíduos se deslocam da sua região/cidade natal para outra, ao invés de se concentrarem maioritariamente nas migrações internacionais (*IOM*, 2021).

No que concerne aos motivos que provocam as deslocações, sejam estas internas ou internacionais, estes não são possíveis de quantificar na sua totalidade, uma vez que são inúmeros e complexos (Peixoto, 2020).

No entanto, os teóricos acreditam que as desigualdades relativas à riqueza, os conflitos políticos e étnicos e, também, a formação de zonas de comércio livre recentes se apresentam como alguns dos fatores mais significativos nesta matéria (Castles, Haas e Miller, 2014).

Na mesma linha de pensamento, as oportunidades de trabalho, a família e os estudos têm ocupado o pódio das razões que levam as pessoas a migrar (IOM, 2021).

Apesar de os fenómenos acima mencionados transmitirem um sentimento praticamente voluntário de migrar, noutros casos isso não é verificado. É desta forma que, ao mesmo tempo, se observam outro tipo de migrações: as migrações forçadas.

Neste tipo de migrações os indivíduos que as compõem são, como a denominação assim o indica, praticamente obrigados a migrar, devido à persistência de conflitos, de perseguições e/ou de crises humanitárias nos seus países de origem (Fiddian-Qasmiyeh *et al.*, 2014).

Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados / *United Nations High Commissioner for Refugees* (2021), no primeiro semestre do ano de 2021, situaram-se na ordem dos milhões o número de indivíduos forçados a migrar. Os motivos assentaram, maioritariamente, nas causas já acima referidas, mas também em violações dos Direitos Humanos, na pandemia provocada pela COVID-19 e em situações de alterações climáticas (UNHCR, 2021).

Dada a diversidade de fenómenos que suscitam as migrações, o mesmo se verifica quanto à natureza das pessoas deslocadas. É, assim, possível distinguir os diversos tipos de migrantes, sendo que existe um leque bastante variado de classificações quanto à sua natureza.

Assim, existem trabalhadores migrantes, refugiados, requerentes de asilo, migrantes ambientais, estudantes e, também, reformados (UNHCR, 2021). Enquanto os trabalhadores migrantes, os estudantes e os reformados migram, essencialmente, de livre vontade, o mesmo já não se confirma com os refugiados, os requerentes de asilo e os migrantes ambientais.

No que respeita ao caso particular dos estudantes e dos trabalhadores migrantes, este tipo de migrações pode representar, em larga escala, um problema para os países de origem, sendo que é uma situação que requer especial atenção.

É neste sentido que Castles, Haas e Miller (2014) alertam para o já conhecido fenómeno da “fuga de cérebros”. Se, por um lado, subsiste a ocorrência de saída de pessoas qualificadas para outros países, em contrapartida, existe a possibilidade de esses migrantes enviarem remessas de dinheiro, assim como transmitirem o *know-how* para os seus países de origem (Castles, Haas e Miller, 2014).

Desta forma, surge o conceito de remessas internacionais, um outro aspeto pertencente à dinâmica das migrações. Estas transferências monetárias são, mais do que programas de ajuda ao desenvolvimento, um dos meios mais eficientes no que concerne à redistribuição de rendimentos, à diminuição da pobreza e ao desenvolvimento económico dos países (Haas, 2010).

Existe, no entanto, um problema de medição no que concerne ao volume de remessas, já que os indivíduos têm livre-arbítrio para optar entre os canais formais e informais para o seu envio (IOM, 2021).<sup>1</sup>

Para além das remessas financeiras, existe um outro tipo de remessas, as quais são denominadas “remessas sociais”. As *social remittances* são o resultado da constante circulação de ideias, de competências e, também, do capital social derivado do processo de migração das comunidades, seja no país de origem ou no país de destino (Lacroix *et al.*, 2016).

Assim, a articulação entre as remessas financeiras e as remessas sociais permite uma análise mais completa relativamente à ligação existente entre migrações e desenvolvimento, dado que analisar apenas uma das componentes origina um estudo impreciso (Lacroix *et al.*, 2016).

---

<sup>1</sup> Segundo o *World Migration Report* de 2022, há a constatação de uma outra dificuldade relativamente às remessas, sendo esta a forte dependência destas no país de origem. Esta ocorrência pode, assim, originar a redução do crescimento económico, assim como tornar a economia do país de origem bastante mais vulnerável.

## 1.2. Tendências das migrações

Após a breve introdução acima descrita acerca dos conceitos e dinâmicas mais relevantes dentro do abrangente leque de temáticas que compõem as migrações, torna-se necessário espelhar a evolução destas no panorama internacional.

Apesar de as migrações se perfilarem como um hábito milenar e de abrangerem todos os países e indivíduos do globo, elas apresentam algumas transformações ao longo do tempo (*IOM, 2021*).

Desde o ano de 1990 e até à atualidade que a percentagem de migrantes se tem revelado crescente em países desenvolvidos, enquanto em países menos desenvolvidos essa tendência tem vindo a diminuir (Castles, Haas e Miller, 2014).

Apesar deste notório crescimento do número de migrantes internacionais, a pandemia relativa à COVID-19 provocou uma diminuição de, sensivelmente, 2 milhões de indivíduos (*IOM, 2021*).

Segundo o *World Migration Report* de 2022, no ano de 2020, os migrantes representavam, aproximadamente, 281 milhões de pessoas, o que compõe cerca de 3,6% de toda a população (*IOM, 2021*). Consequentemente, a assunção de que as pessoas preferem permanecer no seu país de origem é evidente e, também, de que esta opção se perfila como a primordial nas suas escolhas (*IOM, 2021*).

Tendo em consideração alguns critérios decisivos na escolha do país de destino, como, por exemplo, a procura por melhores condições de vida, os países desenvolvidos e, também, as economias fortes, a seleção do mesmo, por parte dos migrantes, concentra-se em regiões como a Ásia<sup>2</sup>, a Europa e a América do Norte (Castles, Haas e Miller, 2014).

Nesta linha de pensamento, o continente europeu revela-se como a primeira opção de uma grande parcela dos migrantes internacionais, perfazendo um total próximo de 87 milhões de indivíduos (*IOM, 2021*).

---

<sup>2</sup> No que diz respeito ao continente asiático, os migrantes têm tendência para se fixar, essencialmente, nos países do Conselho de Cooperação do Golfo que dizem respeito à região do Médio Oriente (*ROAP, 2021*).

Seguidamente, encontra-se a Ásia que, segundo estimativas, acolheu cerca de 86 milhões de migrantes e, posteriormente, a América do Norte, que conta com um universo total de 59 milhões de pessoas (*IOM*, 2021).

África apresenta, já, um número substancialmente mais reduzido quando comparado com os continentes anteriormente referidos, porém significativo, sendo que comporta cerca de 25 milhões de migrantes internacionais (*IOM*, 2021).

Apesar de ser um universo de migrantes ainda bastante reduzido, a América Latina e as Caraíbas foram a região que maior crescimento apresentou nesta matéria, contando com um total de 15 milhões de migrantes (*IOM*, 2021).

Por fim, encontra-se a Oceânia, que albergou cerca de 9 milhões de migrantes internacionais (*IOM*, 2021).<sup>3</sup>

A atual pandemia tem-se revelado como uma forte criadora de barreiras e entraves nas mais variadas áreas, nomeadamente em matéria de livre circulação de pessoas pelo mundo, o que acabou por levar, inevitavelmente, a um imenso impedimento às migrações (*IOM*, 2021).

Desta forma, uma grande parcela de países começou por implementar medidas que restringissem a entrada de indivíduos estrangeiros e, conseqüentemente, fechassem fronteiras (*IOM*, 2021).

Assim sendo, o impacto das medidas implementadas pelos diferentes países perfilou-se bastante significativo, realidade constatável através da análise do caso específico dos passageiros aéreos (*IOM*, 2021).

Deu-se uma diminuição de cerca de 60% de passageiros aéreos transportados no período de um ano, sendo que, no ano de 2019, o universo total de passageiros contava com cerca de 4,5 mil milhões de pessoas e, em 2020, esse número reduziu drasticamente e contou com, sensivelmente, 1,8 mil milhões de indivíduos (*IOM*, 2021).

A COVID-19 paralisou, assim, a vida de muitos migrantes, como é o caso dos trabalhadores sazonais, dos detentores de residência temporária, dos estudantes

---

<sup>3</sup> Na Oceânia, a percentagem total de imigrantes é a mais elevada do globo, seguindo-se a América do Norte e a Europa (Castles, Haas e Miller, 2014).

internacionais, dos migrantes dependentes de cuidados de saúde, entre outros (*IOM*, 2021).

Tendo como base de análise os últimos dados acessíveis, os quais correspondem ao ano de 2019, é possível averiguar que os países de rendimento elevado albergaram cerca de 113,9 milhões de trabalhadores migrantes, os países de rendimento médio acolheram, aproximadamente, 49 milhões e, por fim, os países de baixo rendimento contaram com cerca de 6,1 milhões de trabalhadores migrantes (*IOM*, 2021).

Ainda no mesmo ano, os requerentes de asilo rondaram mais de 1,1 milhões de indivíduos, sendo que os dois países que mais se destacaram nos pedidos foram os Estados Unidos e a Alemanha, com números a rondar os 250.800 e 102.600, respetivamente (*IOM*, 2021).<sup>4</sup>

As catástrofes naturais e ambientais proporcionam, inevitavelmente, as migrações. Assim sendo, no ano de 2020, o universo total de pessoas que se viram forçadas a deslocar internamente devido a estas ocorrências situou-se nos cerca de 7 milhões, abrangendo 104 países (*IOM*, 2021).

Ainda dentro da temática das pessoas deslocadas internamente, encontram-se as que se deslocam devido a situações de conflito e violência. Assim, em 2020, o Médio Oriente liderou neste aspeto, seguido pela África Subsaariana, pela Colômbia, pelo Iémen e, finalmente, pelo Afeganistão (*IOM*, 2021).

## **2. Emigração portuguesa: tendências e particularidades**

Existe, desde há algum tempo, a constatação, por parte dos governos, dos benefícios da diáspora em vários ramos do país de origem. Estes têm, deste modo, observado a população emigrante como um meio pluridimensional relativamente às remessas enviadas, ao capital humano, entre outros (Marques e Góis, 2021).

---

<sup>4</sup> No final do ano de 2020, as crianças constituíram cerca de 8 milhões dos requerentes de asilo (*IOM*, 2021).

Não só os governos nacionais, mas também outras estruturas – associações profissionais, empresas e municípios – têm descoberto os benefícios da emigração na delimitação e implementação de estratégias futuras (Marques e Góis, 2021).

Não só Portugal, mas também os restantes países do mundo se têm começado a afirmar numa lógica de serem tanto países emissores de migrantes, como recetores dos mesmos. Portugal assume, neste panorama, uma elevada preponderância, uma vez que, depois de uma longa história de emigração, se perfilou como país de chegada de inúmeros cidadãos estrangeiros (Pires *et al.*, 2010).

Assim sendo, Portugal revela-se, atualmente, como um país com uma dupla componente: por um lado, ocupa um lugar preponderante no que concerne ao número de emigrantes espalhados pelo mundo; e, por outro, apresenta-se como um dos destinos preferidos no que diz respeito ao acolhimento de cidadãos oriundos de outros países<sup>5</sup> (Pires *et al.*, 2010).

Como afirma Rocha-Trindade (2010), o passado português tem sido escrito com o auxílio de uma considerável deslocação humana, na qual entram e saem pessoas do país, mas também se movem dentro dele. É, assim, possível conotar Portugal como um país de migrações.

Recuando no espetro temporal, e na tentativa de compreender as transformações existentes nos padrões de migração dos cidadãos portugueses, Peixoto *et al.* (2016) destacam que o passado colonial se apresentou como um ponto de viragem nesta matéria. Foi assim, que, no período temporal compreendido entre os anos de 1950 e 1970, Portugal se perfilou como um dos principais fornecedores de trabalhadores migrantes para a região da Europa Ocidental (Peixoto *et al.*, 2016).

A emigração experienciada por Portugal obteve o seu pico em finais dos anos 60 e início da década de 1970, sendo que, posteriormente, se observou uma diminuição considerável dos fluxos emigratórios. Este fenómeno suscitou, por parte de muitos teóricos, a consideração de que se havia chegado ao “desaparecimento progressivo” da emigração.

---

<sup>5</sup> A preferência por Portugal prende-se a motivos sociais, integrativos e profissionais que os migrantes revelam quando chegam ao país (Pires *et al.*, 2010).

Apesar de, na década de 1980, ser introduzido um novo conceito na realidade portuguesa, o de imigração, um dos marcos históricos que fez renascer a emigração portuguesa ocorreu por volta do ano de 2008 (Peixoto *et al.*, 2016). A crise económico-social e a consequente deterioração de toda a situação portuguesa provocaram, desta forma, um novo aumento nos fluxos emigratórios portugueses (Peixoto *et al.*, 2016).

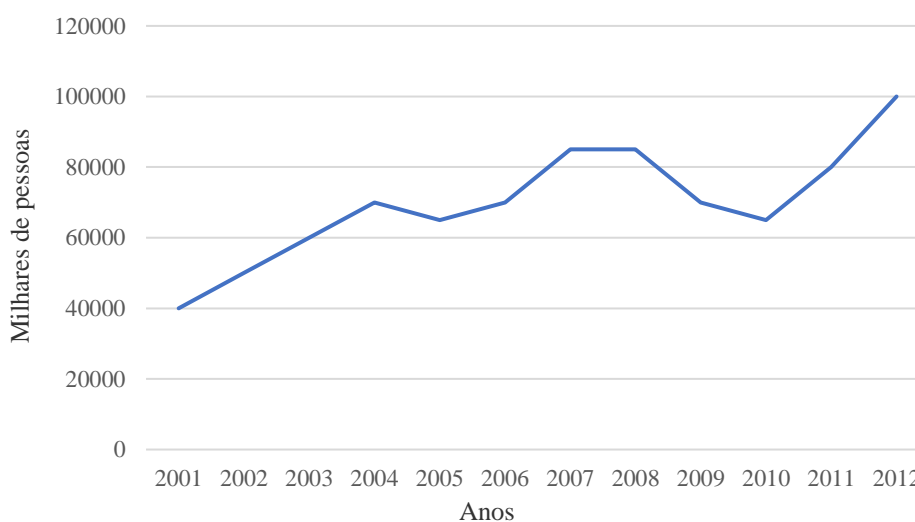
Não obstante no período temporal que decorreu entre os anos de 1985 e de 2010 se ter assistido a uma duplicação de saídas de indivíduos, nos anos de 2009 e 2010 foi registada uma redução significativa de entrada de emigrantes de nacionalidade portuguesa nos países de acolhimento (Marques e Góis, 2014).

Desde o ano de 2001 até ao ano de 2004, as saídas de portugueses aumentaram (Pires *et al.*, 2021). Posteriormente, existiu uma redução e, desde 2005 até 2007 as saídas ganharam, uma vez mais, uma nova preponderância (Pires *et al.*, 2021).

Após o ano de 2008, com a crise socioeconómica, os números registaram uma queda abrupta de, sensivelmente 80.000 saídas, em 2008, para 60.000, em 2010 (Pires *et al.*, 2021).

Neste seguimento, apresenta-se, abaixo, o gráfico correspondente ao número de portugueses que emigraram entre os anos de 2001 e 2012.

Gráfico 1 - Evolução da emigração portuguesa entre os anos de 2001 e 2012



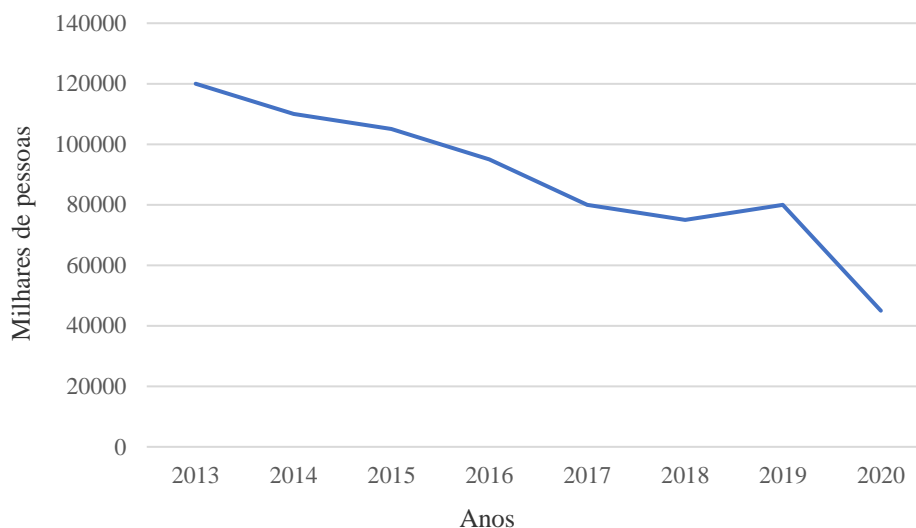
Fonte: Observatório da Emigração

É assim que, no ano de 2013, Portugal conhece o seu pico de emigração, assinalando um total de saídas de cerca de 120.000 (Pires *et al.*, 2021).

Desde o ano de 2013 e até 2020, as saídas de portugueses têm conhecido uma redução progressiva, apesar de se constatar a existência de um aumento no ano de 2019 (Pires *et al.*, 2021).

Segue-se, abaixo, o gráfico elucidativo das ideias anteriormente referidas relativo ao número de portugueses que emigraram entre os anos de 2013 e 2020.

Gráfico 2 – Evolução da emigração portuguesa entre os anos de 2013 e 2020



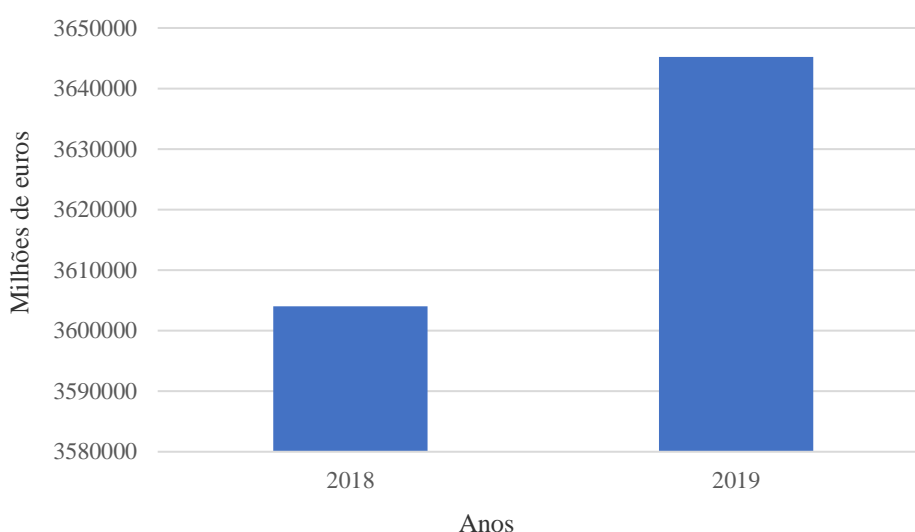
Fonte: Observatório da Emigração

Atualmente, e tendo em consideração os dados fornecidos no projeto *Emigração Portuguesa* (Pires *et al.*, 2021) referentes ao ano de 2020, é possível averiguar a diminuição acentuada da emigração portuguesa, em que as saídas de portugueses registaram um total de, sensivelmente, 45 mil. Esta redução, ao contrário dos tradicionais motivos económicos e sociais que suscitam as saídas, deveu-se, essencialmente, à pandemia da COVID-19, bem como à concretização final do Brexit (Pires *et al.*, 2021).

Retomando as considerações anteriormente proferidas a respeito das remessas, também estas são consideradas significativas para Portugal. No intervalo temporal que

decorreu entre os anos de 2018 e 2019, as remessas recebidas por Portugal, em termos nominais, apresentaram um crescimento de, sensivelmente, 1,1%, percentagem que corresponde a um valor em torno de 3,6 milhões de euros (Observatório da Emigração, 2021). Segue-se, abaixo, o gráfico correspondente às referidas mudanças da importância económica das remessas em Portugal.

Gráfico 3 - Valor das remessas recebidas por Portugal nos anos de 2018 e 2019



Fonte: Observatório da Emigração

Ainda segundo dados do Observatório da Emigração (2021), e em termos comparados, as remessas recebidas relativamente ao PIB obtiveram, no caso português, um valor localizado ao nível dos países com as economias mais fortes e desenvolvidas (Observatório da Emigração, 2021).

Desde há várias décadas que as saídas de portugueses têm sido motivadas, essencialmente, por razões de natureza económica, acima de muitas outras (Rocha-Trindade, 2010). A procura por melhores condições de vida, por um rendimento mais elevado e por um bem-estar otimizado têm ocupado, ao longo dos anos, as motivações dos portugueses para os movimentos emigratórios, condições que não foram oferecidas no seu país de origem e procuraram em países estrangeiros (Rocha-Trindade, 2010).

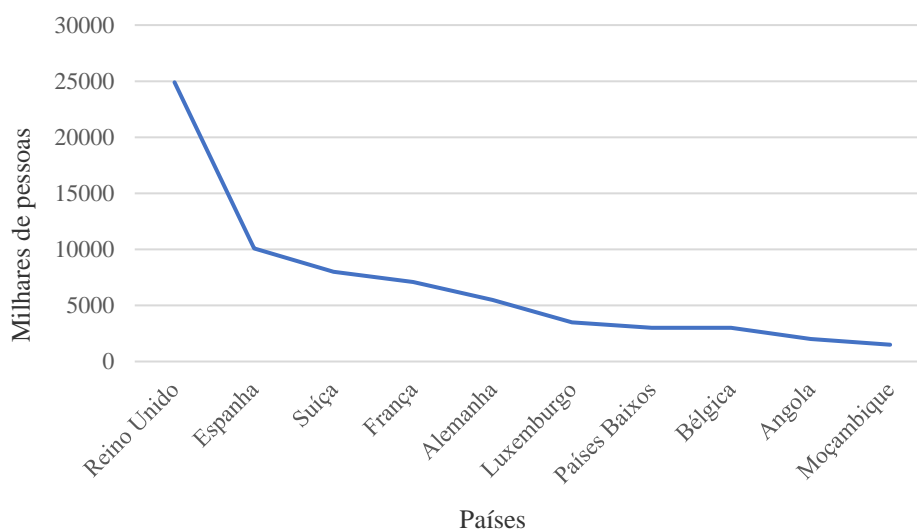
A falta de emprego geral, mas também a fraca prevalência de empregos para jovens, assim como os salários baixos e os reduzidos ou inexistentes planos de carreira apresentam-se, igualmente, como fatores de repulsa que levam muitos portugueses a abandonar o seu país de origem (Malheiros *et al.*, 2016).

Muitos dos emigrantes portugueses são classificados como sendo indivíduos que detêm qualificações de nível superior, o que, geralmente, remete para jovens estudantes, indivíduos recém-licenciados ou, até mesmo, profissionais altamente qualificados (Malheiros *et al.*, 2016).

Desta forma, rapidamente se depreende que Portugal sofre do conhecido fenómeno apelidado de “fuga de cérebros”, o qual, geralmente, é impulsionado pelos jovens com diminuta ou inexistente experiência no campo profissional, que enfrentam alguns entraves à sua integração no mercado de trabalho, em Portugal (Malheiros *et al.*, 2016).

Tendo em consideração as contrariedades previamente mencionadas e, no que diz respeito aos principais países de destino dos cidadãos portugueses, encontram-se o Reino Unido, a Espanha, a Suíça, a França, entre outros (Observatório da Emigração, 2021).<sup>6</sup>

Gráfico 4 - Número de portugueses presentes nos principais países de destino



Fonte: Observatório da Emigração

<sup>6</sup> Os dados disponibilizados remontam ao ano de 2019.

### **3. Associativismo migrante: o caso português**

No passado, os cidadãos portugueses emigrados apresentavam uma tendência, regra geral, para se fixarem nas mesmas zonas segundo as suas relações e semelhanças regionais e/ou locais (Rocha-Trindade, 1988). Atualmente, com o surgimento de novos países de destino, a diversificação é maior.

Na tentativa de combater os efeitos negativos advindos dos problemas de desenraizamento do país de origem foram, ao longo do tempo, formados alguns grupos que foram formalizando a sua criação e existência (Rocha-Trindade, 1988). Muitos destes grupos assentavam, no início, na proximidade territorial em Portugal.

Torna-se, deste modo, possível aferir a importante ligação existente entre a parcela de indivíduos emigrados e o seu respetivo país de origem, especialmente no que diz respeito às instituições estatais e às associações de emigrantes, cujas principais metas incidem no monitoramento da cultura de origem, bem como no desenvolvimento da identidade coletiva (Marques e Góis, 2021).

Se, por um lado, os movimentos associativos comportam em si um leque variado de benefícios, por outro, também podem ser representações de entraves. É nesta linha de pensamento que Rocha-Trindade (2010), fazendo alusão a diferentes teóricos, refere algumas das vantagens e dificuldades que as associações representam.

Os movimentos associativos de emigrantes otimizam a partilha de um conjunto de valores e de práticas culturais comuns, fatores que tendem a fortalecer a identidade étnica coletiva, assim como o sentimento de proximidade entre os demais indivíduos (Rocha-Trindade, 2010).

Da mesma forma, estas organizações adquirem uma preponderância significativa quando se perfilam como mediadoras de todo o processo de integração dos emigrantes (Rocha-Trindade, 2010).

Em contrapartida, os movimentos associativos podem provocar o agravamento do fenómeno da segregação social, já que os campos de interação social dos emigrantes são restringidos perante a sociedade do país de destino (Rocha-Trindade, 2010).

Num primeiro momento, os movimentos associativos têm como objetivo primordial a validação de redes de conhecimento e de relações de amizade já existentes,

podendo estas ser alargadas a outros grupos e/ou pessoas (Rocha-Trindade, 1988). Assumem-se, desta maneira, como um espaço social de convívio, no qual se pode organizar um leque variado de eventos – encontros, refeições, bailes ou celebrações de datas festivas (Rocha-Trindade, 1988).

Em compensação, e com o passar do tempo, as associações tiveram de se adaptar às novas exigências e, por isso, inovar-se (Melo e Silva, 2009). É desta forma que começam a surgir algumas associações ligadas a outro tipo de atividades, dentro das quais é possível destacar as de cariz folclórico, recreativo, sociocultural, caritativo, literário ou, até mesmo, de representação socioprofissional; mas, também, associações que assumem a forma de bibliotecas, clubes desportivos, câmaras de comércio e, ainda, centros republicanos (Melo e Silva, 2009).

Na mesma linha de pensamento, Rocha-Trindade (2010) distingue os diferentes tipos de associações como sendo os movimentos associativos de pertença regional e identitária, de benemerência, culturais, desportivos e recreativos e, por fim, faz o apontamento de que existem ainda associações que comportam uma vocação diversificada, podendo englobar vários traços caracterizantes das mencionadas previamente.

No que concerne às maneiras de mobilização coletiva tradicionais e recentes, existem algumas associações que ocupam lugares privilegiados relativamente à mediação existente entre o país de destino e o país de origem, as quais podem ser academias formais ou informais, confrarias, clubes sociais, *societies*, redes de *alumni* e, também, grupos informais integrados nas redes sociais (Marques e Góis, 2021).

Nalguns casos, estes movimentos associativos adquirem uma dimensão considerável, sendo que são ativos nas mais variadas áreas, nomeadamente na saúde, na defesa dos direitos de cidadania, no desporto e no lazer (Rocha-Trindade, 2010).

São inúmeras as causas que norteiam a vida associativa, sendo que a crescente procura de espaços de lazer e convívio é o pilar mais preponderante das associações (Rocha-Trindade, 2010).

No que concerne à vertente integrativa das associações, são incluídos o reforço e a manutenção da extensa rede de relações benéficas para a inserção comunitária e social (Grassi e Melo, 2007). Isto é uma enorme vantagem, dado que possibilita a proximidade

e convivência sociais e leva a que haja uma facilitação na procura de trabalho e de residência, bem como a estimulação de um sentimento de maior confiança e segurança (Grassi e Melo, 2007).

As atividades que conferem maior visibilidade às associações são, regra geral, as de natureza festiva (Melo e Silva, 2009). Neste contexto, a maior parte das festividades realiza-se tendo em conta as celebrações religiosas, nomeadamente alguns santos católicos (Melo e Silva, 2009).<sup>7</sup>

As organizações associativas de emigrantes portugueses enfrentam alguns desafios, particularmente ao nível das atividades levadas a cabo (Grassi e Melo, 2007). Desta forma, é possível destacar não só o baixo número de associados, como também o fraco envolvimento destes; o facto de serem bastante condicionadas pela dispersão das comunidades portuguesas emigradas; e, por fim, o traço intrínseco de apresentarem uma escassa consolidação de redes sociais e de parcerias (Grassi e Melo, 2007).

### **3.1. O papel das associações no desenvolvimento de atividades para os emigrantes: as festividades**

As festas e as celebrações são um importante ponto na vida social de qualquer migrante, sendo que são, na sua grande maioria, promovidas e realizadas pelas associações.

As festas, levadas a cabo pelas comissões organizadoras, têm como principal objetivo o fomento dos laços entre os elementos da comunidade, estejam eles ausentes ou presentes (Rocha-Trindade, 2010).

A divulgação destas iniciativas festivas conta com o apoio de alguns meios de comunicação, sendo que os meios mais comumente utilizados são os jornais de emigração e os jornais regionais (Rocha-Trindade, 2010).

---

<sup>7</sup> Estes eventos são, geralmente, complementados com uma procissão religiosa e com um arraial profano (Melo e Silva, 2009).

O Dia de Portugal é o mais comumente celebrado na diáspora lusitana, mas também são relevantes o 25 de abril, o 1º de maio e o 5 de outubro (Melo e Silva, 2009). Nalguns casos mais específicos, existem associações que celebram, igualmente, os dias autonómicos respeitantes aos arquipélagos dos Açores e da Madeira (Melo e Silva, 2009).

As festas e as celebrações são, assim, reuniões periódicas para todos aqueles que se encontram fora da sua origem e que ajudam a estreitar as relações entre os indivíduos (Rocha-Trindade, 2010).

### **3.2. Os movimentos associativos e as suas relações com o Estado em Portugal**

O Estado Português tem atribuído uma atenção especial aos fluxos de saída dos cidadãos nacionais. No entanto, essa atenção não tem sido dada, de igual forma, às políticas de vinculação do próprio Estado (Marques e Góis, 2014).<sup>8</sup>

As políticas de vinculação levadas a cabo por Portugal não assumem uma estratégia dupla de unificação e coordenação na construção e manutenção das ligações com os cidadãos portugueses que residem no estrangeiro, como acontece noutros países (Marques e Góis, 2014).

Ao invés, as relações entre estes dois intervenientes têm sido, essencialmente, demarcadas por oscilações, incertezas e inconstâncias (Marques e Góis, 2014).

Apesar destas dubiedades, o Estado Português, juntamente com outras entidades da sociedade civil, é promotor de algumas iniciativas de apoio às comunidades de portugueses sediadas em países estrangeiros (Rocha-Trindade, 1988).

Dentro destas iniciativas é possível destacar aquelas que são realizadas pelos governos regionais dos Açores e da Madeira; as efetuadas pela Igreja Católica, que, por norma, se enquadram nas iniciativas de teor religioso; as atividades fomentadas pelo Instituto de Língua e Cultura Portuguesa e pela Secretaria de Estado da Cultura; e, por fim, algumas perpetuadas pela Fundação Calouste Gulbenkian (Rocha-Trindade, 1988).

---

<sup>8</sup> Estas políticas referem-se à forma como o Estado se relaciona com as comunidades portuguesas em países estrangeiros (Marques e Góis, 2014).

Do ponto de vista institucional, ao longo dos anos foram realizadas algumas transformações que possibilitaram a proximidade entre Portugal e as comunidades portuguesas emigradas.

Um marco histórico evidente foi a alteração da Secretaria de Estado da Emigração para a Secretaria de Estado da Emigração e das Comunidades Portuguesas, o que proporcionou o desenvolvimento das áreas de atuação muito além das funções habituais de gestão dos fluxos migratórios portugueses, bem como a afirmação do interesse do Estado português na manutenção das relações com os cidadãos a residir no estrangeiro (Marques e Góis, 2014).

Do mesmo modo, a criação do Conselho da Diáspora e a orientação e redefinição das atividades do Conselho das Comunidades Portuguesas, tanto para o país de origem, como para o país de destino, favoreceram a relação entre Portugal e os seus cidadãos nacionais no exterior (Marques e Góis, 2014).

## **CAPÍTULO II – DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS**

Nesta parte do Relatório incidir-se-á sobre a descrição da organização – como e quando começou, os seus objetivos, atividades e membros constituintes –, bem como acerca das atividades pela discente/estagiária realizadas.

### **1. Descrição da organização**

O Observatório da Emigração é uma organização portuguesa que foi fundada em 2008, a partir de um protocolo celebrado entre o ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa – e a Direção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, sendo que deu início à sua atividade em janeiro de 2009. Esta organização caracteriza-se por ser uma estrutura investigativa e técnica autónoma, integrada no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE-IUL, onde se baseia.

Tendo em vista um trabalho mais diversificado e menos centralizado, o Observatório da Emigração estabeleceu, em 2016, parcerias com quatro entidades universitárias. Os parceiros são atualmente o Centro de Investigação e Estudos de

Sociologia do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa; o Centro de Estudos Geográficos do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT) da Universidade de Lisboa; o Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações (SOCIUS/CSG) do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa e, por fim, o Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

A principal atividade do Observatório caracteriza-se por ser a disponibilização de dados acerca da emigração portuguesa por países de destino. Assim, através do trabalho desenvolvido e levado a cabo, a organização ambiciona colaborar, através da sua atuação, na estipulação de políticas públicas no campo da emigração.

Tendo sido o Observatório da Emigração criado com o principal propósito de investigar e analisar os movimentos migratórios, os seus objetivos passam pela recolha e pelo estudo de dados referentes à mudança, à expansão e às particularidades da emigração portuguesa, bem como pela publicação de todos esses dados no seu *website*, tendo em vista um aumento do conhecimento geral acerca da emigração portuguesa. Uma das suas maiores particularidades é o recurso à metodologia das estatísticas-espelho, isto é, dados sobre a emigração portuguesa nos países de destino ou, como afirmam alguns autores é o processo pelo qual “os emigrantes de um país são estudados enquanto imigrantes nos destinos.” (Pires *et al.*, 2021).

No que concerne ao tratamento e à divulgação dos dados recolhidos, o Observatório possui variadas formas de o fazer. Primeiramente, encontram-se as *Conversations With*, publicações estas que resultam de entrevistas a especialistas na área das migrações internacionais e, também, da emigração portuguesa.

Nesta linha de pensamento, seguem-se os *Country Reports*, que são artigos focados, essencialmente, nos países de destino da emigração portuguesa e nos quais são analisados os indicadores da mesma.

Posteriormente, o Observatório realiza relatórios anuais intitulados *Emigração Portuguesa*, em que estão presentes mais de vinte países, e para os quais são analisados todos os indicadores referentes à mesma.

As *Fact Sheets* também fazem parte das publicações periódicas. Caracterizam-se por ser artigos síntese, nos quais são estudados indicadores respeitantes à emigração portuguesa.

O *Portuguese Emigration Factbook* apresenta-se como uma publicação anual de elevada importância para investigadores e jornalistas, no qual são apresentados dados sobre a emigração portuguesa que incidem, essencialmente, nos fluxos, nos estoques, na nacionalidade e nos registos consulares nos países de destino, bem como nas remessas recebidas e enviadas.

Por fim, existem os *Working Papers*. Estes documentos são redigidos a partir de pesquisas acerca da emigração portuguesa em contexto de projetos mais específicos, como são exemplo as dissertações de mestrado ou as teses de doutoramento (consultar Anexo 1).

Para além de recolher e analisar os dados e os indicadores estatísticos acerca das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo, o Observatório também promove conferências, seminários e *webinars* que estimulam o debate e o pensamento crítico junto dos investigadores e do público em geral.

No que diz respeito à organização interna de pessoal, o Observatório da Emigração é composto por uma equipa permanente de investigadores, uma equipa de investigadores associados, uma Comissão Coordenadora e um Conselho Científico (consultar Anexo 2).

A equipa permanente é constituída por investigadores provenientes das entidades parceiras do Observatório, sendo que, atualmente, a mesma é composta apenas por membros pertencentes ao ISCTE. Dentro desta equipa encontram-se investigadores do Instituto Universitário de Lisboa, como é o caso do Prof. Rui Pena Pires e da Prof.<sup>a</sup> Joana Azevedo, mas também membros contratados especificamente para o Observatório da Emigração, como a Dr.<sup>a</sup> Inês Vidigal e a Dr.<sup>a</sup> Carlota Moura Veiga.

No que concerne à equipa dos investigadores associados, esta produz trabalhos de análise no Observatório com propósitos mais específicos e, geralmente, a permanência destes elementos na equipa tem um período de tempo limitado. Desta equipa fazem parte, maioritariamente, investigadores – Dr.<sup>a</sup> Inês Espírito-Santo, Dr.<sup>a</sup> Mara Clemente, Dr.<sup>a</sup> Ana Raquel Matias, Dr. Pedro Candeias, Dr.<sup>a</sup> Sónia Ferreira, Dr. João Baía, Dr.<sup>a</sup> Filipa

Pinho –, mas também docentes como é o caso da Prof.<sup>a</sup> Isabel Tiago de Oliveira (CIES, ISCTE-IUL) e do Prof. José Marques (CICS.NOVA.IPLeiria).

Relativamente à Comissão Coordenadora, esta integra um elemento representante de cada entidade parceira do Observatório, bem como o Coordenador Científico, sendo que, na atualidade, os representantes são o Prof. Rui Pena Pires (coordenador científico, CIES, ISCTE-IUL), a Prof.<sup>a</sup> Joana Azevedo (CIES, ISCTE-IUL), o Prof. João Peixoto (SOCIUS/CSG, ISEG-UL), o Prof. Jorge Malheiros (CEG, IGOT-UL) e a Prof.<sup>a</sup> Lúgia Ferro (IS, FL-UP).

Por fim, encontra-se o Conselho Científico, órgão que dá o seu parecer sobre todos os campos de atuação do Observatório da Emigração, nomeadamente acerca dos planos futuros e dos relatórios anuais. Este conta, à data da elaboração deste relatório, com um total de 19 colaboradores (consultar Anexo 3).

No mesmo processo de trabalho do Observatório da Emigração encontram-se outros Observatórios sediados noutros países. Tendo como exemplo o Brasil, encontram-se variados Observatórios do mesmo género, como são exemplo o Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) em Brasília, o Observatório das Migrações em São Paulo, o Observatório das Migrações Internacionais do Estado de Minas Gerais (OBMinas) e, também, o Observatório das Migrações em Santa Catarina.

O Observatório das Migrações Internacionais, sediado em Brasília, tem como principal objetivo aumentar e dar a conhecer as dinâmicas inerentes aos fluxos migratórios a nível internacional e, assim, como o Observatório da Emigração, contribuir para a estipulação de políticas públicas e medidas neste sentido.

É, também, nesta linha de atuação que se encontra o Observatório das Migrações em São Paulo. Este Observatório, através do tratamento de bases de dados, bem como da elaboração de indicadores dá a conhecer à população as informações relativas ao campo das imigrações internacionais mais recentes para São Paulo.

Segue-se, igualmente, o Observatório das Migrações Internacionais do Estado de Minas Gerais. O OBMinas elaborou o Atlas Digital da Migração Internacional em Minas Gerais. Este documento tem como principal objetivo a disponibilização de dados acerca das migrações para, desta forma, contribuir para o aperfeiçoamento e desenvolvimento de políticas públicas direcionadas para os imigrantes. Assim, e, por forma a obter um

estudo mais aprofundado, são analisadas informações como a idade, o sexo, o país de origem e o município de residência da população.

Por fim, surge o Observatório das Migrações em Santa Catarina. Este último realiza vários projetos de pesquisa referentes a todo o fenómeno migratório, seja ele de que natureza for – migrações nacionais, internacionais, voluntárias ou forçadas. Alguns dos projetos realizados por este Observatório, em 2016, incidiram nas migrações ocorridas no sul do Brasil, bem como no perfil dos candidatos ao título de refugiado, tendo em consideração a sua orientação sexual – foram ainda estudadas várias características destas pessoas, nomeadamente o seu género, a sua faixa etária, o seu país de origem e, também, o entendimento do porquê de escolherem o Brasil como país de destino (Observatório das Migrações de Santa Catarina, 2016).

## **2. Descrição das atividades realizadas**

Devido aos inúmeros entraves colocados pela pandemia COVID-19, o presente estágio foi realizado à distância, sendo que se iniciou a 22 de fevereiro de 2021 e conheceu o seu término a 11 de junho de 2021, tendo uma duração de, aproximadamente, 4 meses.

No que diz respeito às atividades realizadas, estas passaram pela atualização e conclusão de duas bases de dados, mais concretamente, pela recolha e pela análise de vários indicadores respeitantes a associações portuguesas presentes noutros países, bem como pela sinalização das associações que ainda se encontravam em atividade e as que já não.

A primeira base de dados trabalhada incidiu, apenas, em França, mais especificamente, na área consular de Estrasburgo (consultar Anexo 4). Por outro lado, a segunda base de dados revelou-se mais abrangente, uma vez que congregava Associações, não só do continente Europeu, mas também de África, da América do Norte, da América do Sul, da Oceânia e da Ásia (consultar Anexo 5).

Por forma a obter todos os indicadores necessários, foi imprescindível realizar e articular a comunicação com as mais variadas Associações, através de três condutas: ou contactando as Associações por *e-mail*, ou pela página *Facebook*, ou, até mesmo, pelo

seu número de telefone – os idiomas utilizados para efetuar a comunicação foram o português, o inglês, o francês e, em casos pontuais, o espanhol.

Apesar de ter sido relativamente acessível estabelecer contacto com as Associações pelas vias acima mencionadas, nem sempre existiu resposta, o que se revelou um entrave para a concretização da pesquisa e para a reunião dos dados necessários. Nalguns casos, as Associações visualizavam as mensagens e escolhiam ignorar, sendo que era enviada uma segunda mensagem que, por vezes, era respondida.

Também no decorrer deste processo foram devidamente sinalizadas as Associações que já se encontravam fora de atividade, quando assim o era comunicado ou, então, quando o endereço de correio eletrónico não era encontrado (consultar Anexo 6).

Foram igualmente levadas a cabo reuniões de equipa, nas quais participaram a Prof.<sup>a</sup> Joana Azevedo, a Dr.<sup>a</sup> Carlota Moura Veiga e a Dr.<sup>a</sup> Inês Vidigal para dar indicações do trabalho a desenvolver e, posteriormente, para averiguar o decurso do mesmo. A comunicação sempre foi excepcional e a disponibilidade para esclarecimento de dúvidas pontuais notável.

Por fim, a tarefa respeitante à elaboração de um *Working Paper*, também prevista durante o decorrer do estágio foi adiada, em virtude da carga de trabalho proveniente da atualização e conclusão das bases de dados já referidas, sendo que irá ser cumprida após a conclusão do presente Relatório de Estágio.

### **CAPÍTULO III – OS DADOS SOBRE ASSOCIATIVISMO EMIGRANTE À LUZ DA TEORIA**

Nesta parte do Relatório irá ser elaborada e evidenciada a ligação existente entre os conceitos teóricos anteriormente descritos e as atividades práticas levadas a cabo durante a realização do estágio.

Ao nível dos dados explorados acerca da emigração e do associativismo português, foi possível constatar que muitas evidências explanadas no enquadramento teórico se interligam com os dados relativos às duas bases de dados trabalhadas, as quais

consistiram na recolha de informações relativas às associações portuguesas sediadas em países estrangeiros.

Apesar de existir um desfasamento de períodos entre os dados presentes na teoria, que remontam aos anos mais recentes, e aqueles que serviram para analisar e concluir as bases de dados que reportam ao ano de 2016, há uma realidade comum: a dos principais países de destino. Assim, os dados relativos à comparação entre períodos encontram-se na Tabela 1 abaixo sintetizada.

Tabela 1 - Comparação do número de associações existentes no ano de 2016 com o número de associações no ano de 2021

Países onde estão sediadas as associações de emigrantes	Número de associações anterior à análise (2016)	Número de associações posterior à análise (2021)	Diferença entre o número de associações existentes no ano de 2016 para o ano de 2021
África do Sul	39	39	0
Alemanha	143	142	-1
Andorra	8	8	0
Argentina	23	22	-1
Austrália	30	28	-2
Áustria	1	1	0
Bélgica	37	34	-3
Bermudas	1	1	0
Brasil	159	146	-13
Bulgária	1	1	0
Canadá	151	130	-21
China	20	17	-3
Eslovénia	1	1	0
Espanha	7	5	-2

Estados Unidos da América	264	261	-3
França	499	372	-127
Grécia	1	0	-1
Israel	1	0	-1
Itália	4	3	-1
Liechtenstein	3	3	0
Luxemburgo	34	29	-5
Malawi	2	1	-1
Moçambique	3	2	-1
Mónaco	1	1	0
Namíbia	1	1	0
Noruega	4	2	-2
Nova Zelândia	1	1	0
Países Baixos	8	8	0
Reino Unido	36	26	-10
República Democrática do Congo	1	1	0
República da Irlanda	1	1	0
São Tomé e Príncipe	1	0	-1
Suazilândia	4	4	0
Suécia	8	7	-1
Suíça	134	91	-43
Uruguai	3	3	0
Venezuela	44	31	-13

Fonte: Elaborado pela autora

Com base na análise da tabela acima esquematizada, é possível averiguar que houve uma diminuição do número de associações de emigrantes. Este fenómeno resultou da existência de antigos fluxos, bem como do aparecimento de novos.

Como referem Marques e Góis (2021) numa síntese recente sobre a emigração, o ciclo transatlântico, que se desenrolou no século XIX e, posteriormente, aumentou na passagem para o século XX, ocorreu, essencialmente, para o Brasil e para os Estados Unidos. Este dado é passível de ser aferido através do número de associações criadas nestes dois países, sendo que o Brasil contava, em 2016, com um total de 159 associações e os Estados Unidos com 264.

Atualmente, e apesar de algumas associações terem conhecido o seu fim, estes dois países ainda detêm um elevado número de movimentos associativos emigrantes portugueses.

Não deixa, porém, de ser relevante que a grande diminuição dos fluxos para estes países resultou numa quebra significativa do número de associações aí estabelecidas. Dado o envelhecimento dos emigrantes, bem como a substituição da primeira geração por gerações subsequentes de descendentes de portugueses, pode suceder que esta quebra se continue a prolongar.

Na mesma linha de pensamento, e com recurso aos dados analisados, encontra-se um outro destino transatlântico: o Canadá, que contava com um total de 151 associações e que sentiu uma diminuição, ainda que pouco acentuada, do seu número de movimentos associativos, passando para 130 associações.

Ainda segundo considerações de Marques e Góis (2021), surge depois o ciclo intraeuropeu de emigrações portuguesas que culmina no aparecimento de fluxos e rotas de deslocação dentro da Europa.

Assim, e após a análise da Tabela 1, torna-se clara a assunção de que os emigrantes portugueses consideraram os países europeus como os seus principais destinos, nomeadamente a França, a Alemanha e a Suíça. Também devido à quebra progressiva da emigração para estes destinos, não surpreende ver a quebra do número de associações de emigrantes portugueses nestes destinos, com a exceção parcial da Alemanha. O mesmo dado foi referido e evidenciado pelo Observatório da Emigração (2021).

Aprofundando a temática dos principais países de destino dos emigrantes portugueses e após uma análise pormenorizada, torna-se imperativo referir a França, que tem, consecutivamente, ocupado um lugar de destaque: no ano de 2016 contava com um total de 499 associações de cidadãos portugueses emigrados e em 2021 com um total de

372, sendo que é o país da amostra em análise que detém a maior quantidade de associações ao longo dos anos.

Tendo já sido mencionadas a emigração transatlântica e europeia, torna-se igualmente relevante referir os fluxos de emigração mais recentes, que aumentaram em finais do século XX. Segundo Peixoto *et al.* (2020) os fluxos de emigração portuguesa aumentaram bastante para países como o Reino Unido e as antigas colónias africanas.

Com base na análise da Tabela 1, verifica-se que, no ano de 2016, o Reino Unido contava com 36 associações portuguesas e que as antigas colónias africanas contavam com um total conjunto de 4 associações – Moçambique (3) e São Tomé e Príncipe (1).

Um outro fluxo recente de emigração portuguesa ocorreu, também, para Espanha, país que albergava, em 2016, 7 movimentos associativos emigrantes portugueses.

Os emigrantes de primeira geração foram preponderantes na criação e no desenvolvimento das várias associações portuguesas espalhadas por todos os pontos do globo. Apesar disto, e, com base na diferença verificada entre o número de associações existentes no ano de 2016 para o ano de 2021, rapidamente se conclui que as gerações de emigrantes posteriores não garantem, necessariamente, a manutenção e a continuidade das mesmas.

Ainda assim, países como o Brasil e os Estados Unidos da América, apesar de apresentarem uma diminuição do número de associações, continuam a ocupar um lugar de destaque no que concerne às mesmas, o que poderá significar que os movimentos associativos continuem a subsistir por vários anos.

Não obstante da diminuição observada do número de associações ao longo dos anos, é importante referir a relevância destas na manutenção e preservação de uma ligação transnacional com o país de origem, Portugal, sendo que pode provocar mudanças e avanços na continuidade da identidade cultural, bem como no reforço de certos vínculos políticos, como afirma Rocha-Trindade (1988).

No que concerne ao associativismo emigrante português, foi possível ainda constatar que os diferentes tipos de associações referidos no enquadramento teórico foram, igualmente, identificados aquando da realização e finalização das bases de dados. Assim, foi possível elaborar a tabela abaixo apresentada, a qual evidencia os tipos de movimentos associativos e em que número estes se apresentam.

Tabela 2 - Tipos de associações existentes e sua representatividade numérica

Tipos de associações de emigrantes	Número de associações de emigrantes (2021)
Culturais	280
Desportivas	78
Recreativas	1
Sociais	26
Religiosas	37
Restauração	40
Bibliotecas	2
Solidariedade Social	7
Educativas	2
Hospitais/Serviços Médicos	24
Lares de Idosos	1
Estações de Rádio	2
Associações de vocação diversificada	122

Fonte: Elaborado pela autora

No seguimento da Tabela 2 acima apresentada, tornam-se claras as assunções de Rocha-Trindade (2010) acerca dos vários tipos de associações existentes. Considerando os contributos desta autora foi possível aferir que existem associações de cariz cultural (280), desportivo (78), recreativas (1) e de vocação diversificada (122).

Tal como foi mencionado no enquadramento teórico, as associações de vocação diversificada englobam mais do que um dos critérios de classificação, podendo ser, simultaneamente, culturais, desportivas, sociais, entre outros.

A diversificação dos tipos de associações existentes deveu-se, essencialmente, à alteração das necessidades dos emigrantes portugueses no estrangeiro, o que proporcionou a evolução e o desenvolvimento dos movimentos associativos.

Assim sendo, e da decorrência do contacto com as referidas associações, houve a necessidade de diferenciar e catalogar as mesmas segundo outros critérios fornecidos por alguns dos seus membros. Desta forma, foi possível verificar a existência de movimentos associativos de emigrantes portugueses de elevada importância associados à área social (22), religião (37), restauração (40) e saúde (24).

Tendo, ainda, em consideração a Tabela 2 acima retratada, é permitido averiguar a existência de três tipos de associações que se assemelham, mas que não partilham exatamente dos mesmos assuntos e preocupações, sendo estas as associações sociais (26), as de solidariedade social (7) e as recreativas (1).

As primeiras, os movimentos associativos sociais, estão diretamente relacionadas com atividades de lazer e de entretenimento. As segundas, associações de solidariedade social, assentam em princípios de caridade para com a comunidade envolvente. E, por fim, os movimentos associativos recreativos têm em vista o desenvolvimento da identidade cultural, mas também da comunidade em que se encontram inseridos.

Tendo em consideração a Tabela 2, observa-se, ainda, a existência de outros tipos de associações. Assim, encontram-se associações educativas e bibliotecas, as quais estão diretamente relacionadas com o setor literário e do conhecimento. Verifica-se, igualmente, a existência de movimentos associativos relacionados com o setor da saúde e dos cuidados médicos, como é o caso dos hospitais e dos lares de idosos.

É, também, possível constatar a presença de associações culturais que têm por base a organização de eventos alusivos ao país de origem, Portugal, assim como de movimentos associativos desportivos, os quais, na sua grande maioria, representam clubes amadores de um determinado desporto.

Encontram-se, de igual forma, na Tabela 2, associações de restauração, presentes em espaço de café e/ou de restaurante, mas também movimentos associativos religiosos, os quais realizam atividades em forma de missas, batizados, reza do terço, entre outros.

Por fim, verifica-se a existência de associações em forma de estações de rádio.

Em tom de conclusão, e tendo em consideração as informações que foram possíveis de investigar, é perceptível a harmonia existente entre a teoria e a prática, seja no número de portugueses emigrados e respetivos países de destino, seja nos tipos de associações encontradas ao longo do período de estágio.

## CONCLUSÃO

Nos capítulos anteriores teceram-se algumas considerações acerca do enquadramento teórico da emigração e do associativismo emigrante em Portugal, das atividades desenvolvidas durante o estágio e da relação existente entre estes dois tópicos. Por conseguinte, nesta secção conclusiva serão tecidas algumas reflexões finais acerca da relevância do estágio, dos temas abordados durante o mesmo e das limitações a este inerentes.

A oportunidade de ter efetivado o estágio no Observatório da Emigração representou uma enorme vantagem para o meu desenvolvimento académico e profissional. Sendo o Observatório uma instituição que explora temáticas e desenvolve um conjunto de trabalhos relacionados com o Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, o estágio permitiu-me consolidar e aprofundar conhecimentos relativos ao mesmo, mais concretamente nos campos das migrações internacionais e da emigração portuguesa.

É, igualmente, de referir que o estágio me proporcionou uma vivência pessoal bastante enriquecedora. Tive a oportunidade de contactar e trabalhar com profissionais de excelência da área, que comportam em si cargos e formações académicas distintas, o que me permitiu adquirir novas competências, bem como alargar o meu campo de conhecimentos.

É, desta forma, possível referir que a integração num contexto profissional da área do Mestrado me capacitou para ingressar no mundo do trabalho com bases de conhecimento mais sólidas e aperfeiçoadas.

Apesar de não ter inviabilizado o mesmo, a pandemia relacionada com o vírus da COVID-19 colocou um entrave ao sucesso do estágio, não me permitindo realizá-lo nos moldes esperados, sendo que o mesmo foi cumprido à distância em contexto de tele-estágio. Não obstante, as reuniões sempre foram efetuadas e a comunicação sempre foi excelente.

Em suma, considero que o balanço final é positivo. Por um lado, e no que diz respeito às temáticas em estudo, estas perfilam-se como cruciais no mundo contemporâneo e de constantes transformações em que nos inserimos. Por outro, o estágio

permitiu-me compreendê-las de forma mais clara, com o auxílio de pessoas qualificadas nas mais variadas áreas, e desenvolver competências profissionais diversas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Castles, S., Haas, H. e Miller, M. (2014). *The Age of Migration*. Quinta Edição. Reino Unido: Palgrave Macmillan;
- CMMI – Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais (2005). “Migrações e desenvolvimento: aproveitar o potencial da mobilidade humana”, in *As Migrações num Mundo Interligado: Novas Linhas de Acção*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 22-30. Disponível em: [https://www.iom.int/sites/g/files/tmzbd1486/files/jahia/webdav/site/myjahiasite/shared/shared/mainsite/policy\\_and\\_research/gcim/GCIM\\_Report\\_Complete\\_PT.pdf](https://www.iom.int/sites/g/files/tmzbd1486/files/jahia/webdav/site/myjahiasite/shared/shared/mainsite/policy_and_research/gcim/GCIM_Report_Complete_PT.pdf). Consultado a 8 de janeiro de 2022;
- ELA – OBMIGRA (n.d.). Disponível em: <http://ela.unb.br/pt-br/laboratorios/obmigra>. Consultado a 14 de junho de 2021;
- FAPEMIG (n.d.). Atlas da Migração Internacional em Minas Gerais. Disponível em: <https://fapemig.br/pt/noticias/298/>. Consultado a 14 de junho de 2021;
- Fiddian-Qasmiyeh, E., G. Loescher, K. Long and N. Sigona (2014). “Introduction: refugee and forced migration studies in transition”, in E. Fiddian-Qasmiyeh *et al.*, *The Oxford Handbook of Refugee and Forced Migration Studies*, Oxford, Oxford University Press;
- Grassi, M. e Melo, D. (2007). *Portugal na Europa e a Questão Migratória: Associativismo, Identidade e Políticas Públicas de Integração. Working Paper*, n.º 4, Lisboa, ICS – Universidade de Lisboa. Disponível em: [https://scholar.google.pt/citations?view\\_op=view\\_citation&hl=pt-PT&user=U2gQ4LEAAAAJ&citation\\_for\\_view=U2gQ4LEAAAAJ:Tyk-4Ss8FVUC](https://scholar.google.pt/citations?view_op=view_citation&hl=pt-PT&user=U2gQ4LEAAAAJ&citation_for_view=U2gQ4LEAAAAJ:Tyk-4Ss8FVUC). Consultado a 11 de janeiro de 2022.
- Haas, Hein de (2010). “Migration and development: a theoretical perspective”, *International Migration Review*, Vol. 44, Nº 1, pp. 227–264. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/j.1747-7379.2009.00804.x>. Consultado a 5 de janeiro de 2022;

- IOM – International Organization for Migration (2021). *World Migration Report 2022*. Genebra. Disponível em: <https://publications.iom.int/books/world-migration-report-2022>. Consultado a 11 de janeiro de 2022;
- Lacroix, T., Levitt, P. and Vari-Lavoisier, I (2016). “Social remittances and the changing transnational political landscape”, *Comparative Migration Studies*, Vol. 4, N°16, pp. 1-5. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s40878-016-0032-0>. Consultado a 9 de janeiro de 2022;
- Marques, J. e Góis, P. (2014). A emigração portuguesa contemporânea e o Estado: uma Nação dispersa, um Estado longínquo, in Pereira, Conceição Meireles (org.), *Revista População e Sociedade*, n.º 22, pp.55-72. Disponível em: <https://www.cepese.pt/portal/pt/populacao-e-sociedade/edicoes/populacao-e-sociedade-n-o-22>. Consultado a 17 de janeiro de 2022;
- Marques, J. e Góis, P. (2021). A diáspora lusitana contemporânea. Associações e outras redes sociais na emigração portuguesa. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, [online] (29), pp.31-48. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/Tj5SHjMH6Zb5pjWvkpDRbnr/?lang=pt>. Consultado a 17 de janeiro de 2022;
- Melo, Daniel e Silva, Eduardo Caetano da. (2009). Associativismo, emigração e nação: o caso português. in D. Melo e E. C. D. Silva (Eds.), *Construção da nação e associativismo na emigração portuguesa* (pp. 31-69). Imprensa de Ciências Sociais;
- Nolasco, Carlos (2016). “Migrações internacionais: conceitos, tipologia e teorias”, *Oficina do CES*, N° 434, pp. 1-29. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/32548>. Consultado a 20 de janeiro de 2022;
- Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (n.d.). Observatório das Migrações em São Paulo. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/>. Consultado a 11 de junho de 2021;
- Observatório da Emigração (2021). *Portuguese Emigration Factbook 2020*, Lisboa, Observatório da Emigração, CIES-IUL, ISCTE-

- IUL. DOI: 10.15847/CIESOEMFB2020. Disponível em: <http://observatorioemigracao.pt/np4/7880.html>. Consultado a 31 de janeiro de 2022;
- Observatório da Emigração (n.d.). Disponível em: <http://observatorioemigracao.pt/>. Consultado a 13 de junho de 2021;
- Observatório das Migrações de Santa Catarina (2016). *O Observatório das Migrações de Santa Catarina: panorama dos projetos de pesquisa*. Disponível em: [https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/anais/arquivos/42\\_GA.pdf](https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/anais/arquivos/42_GA.pdf). Consultado a 5 de junho de 2021;
- Oliveira, Catarina Reis; Peixoto, João e Góis, Pedro (2017). “A nova crise dos refugiados na Europa: o modelo de repulsão-atração revisitado e os desafios para as políticas migratórias”, *Revista Brasileira de Estudos de População*, Vol. 34, nº 1, pp. 73-98;
- Peixoto, João; de Oliveira, Isabel Tiago; Azevedo, Joana; Marques, José Carlos; Góis, Pedro; Malheiros, Jorge e Madeira, Paulo Miguel (orgs.) (2016). *Retorno Ao Futuro: A Nova Emigração e a Sociedade Portuguesa*. Lisboa, Gradiva.
- Peixoto, João (2020). “O que nos ensina a pandemia sobre migrações internacionais? O caso português e o contexto mundial”. *Migrações Internacionais e a Pandemia da Covid-19*, pp. 132-137. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/miginternacional/miginternacional.pdf>. Consultado a 5 de fevereiro de 2022;
- Pena Pires, Rui (coord.); Machado, Fernando Luís; Peixoto, João; Vaz, Maria João *et al.* (2010). *Portugal: Atlas das Migrações Internacionais*, novembro 2010, nº 1, Lisboa: Tinta da China/Fundação Calouste Gulbenkian;
- Pires, R., Ferreira, I., Veiga, C. e Azevedo, J. (2021). *O uso de estatísticas-espelho no estudo da emigração: questões metodológicas*. Disponível em: <https://ciencia.iscte-iul.pt/publications/o-uso-de-estatisticas-espelho-no-estudo-da-emigracao-questoes-metodologicas/81293>. Consultado a 11 de junho de 2021;
- Pires, Rui Pena, Joana Azevedo, Inês Vidigal e Carlota Moura Veiga (2021). *Emigração Portuguesa 2021: Relatório Estatístico*, Lisboa, Observatório da Emigração e Rede Migra, CIES-IUL, ISCTE-IUL. DOI: 10.15847/CIESOEMRE082021.

- Disponível em: <http://observatorioemigracao.pt/np4/8218.html>. Consultado a 20 de janeiro de 2022;
- ROAP – Regional Office for Asia and the Pacific (2021). *Asia-Pacific Migration data report 2020*. Genebra. Disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/Asia-Pacific-Migration-%20Data-Report-2020.pdf>. Consultado a 15 de janeiro de 2022;
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz (1988). *Espaços de herança cultural portuguesa: gentes, factos, políticas*. *Análise Social*, XXIV (100), 313-351;
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz (2010). “Associativismo em contexto migratório”, in Horta, Ana Paula Beja (org.), *Revista Migrações – Número Temático Associativismo Imigrante*, abril 2010, n.º 6, Lisboa: ACIDI, pp. 39-58. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/1451?locale=en>. Consultado a 25 de janeiro de 2022;
- UNHCR – United Nations High Commissioner for Refugees (2021). “Global trends. Forced displacement in 2020”, Copenhaga. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/>. Consultado a 25 de janeiro de 2022;
- UNHCR – United Nations High Commissioner for Refugees (2021). “Mid-year trends 2021”, Copenhaga. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/>. Consultado a 21 de janeiro de 2022.

## ANEXOS

### Anexo 1 – Exemplo de um *Working Paper*



---

## O Brexit e os emigrantes portugueses no Reino Unido

---

Raquel Xavier Rocha\*, Jennifer McGarrigle\*\* e Alina Esteves\*\*

\* IGOT, Universidade de Lisboa, \*\* CEG, IGOT, Universidade de Lisboa.

---

OEm Working Papers

07

novembro de 2020

---

O processo do Brexit introduziu incertezas no futuro migratório dos migrantes da União Europeia que vivem no Reino Unido. Esta investigação explora as representações que os emigrantes portugueses residentes no Reino Unido fazem sobre a saída do país da União Europeia e a forma como o Brexit alterou as suas aspirações migratórias. Estes portugueses delinearam os seus planos num contexto de falta de garantia acerca dos direitos futuros de residência no país e, apesar de os rendimentos anuais, o grau de instrução e o tempo de residência destes cidadãos se terem revelado determinantes na forma como experienciam e reagem ao Brexit, este não alterou as aspirações migratórias e planos de vida dos emigrados no Reino Unido. Embora seja responsável por um sentimento de insegurança entre os emigrados portugueses no Reino Unido, a pouca interferência do Brexit nos planos migratórios dos respondentes revela que esta é uma "mobilidade líquida".

---

Fonte: Observatório da Emigração

## Anexo 2 – Organigrama do Observatório da Emigração



**Rui Pena Pires**

investigador, coordenador científico  
rppp@iscte-iul.pt  
[http://www.cies.iscte.pt/investigadores/index\\_todos.jsp](http://www.cies.iscte.pt/investigadores/index_todos.jsp)

Sociólogo.

Professor catedrático no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).  
Investigador no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL), Lisboa,

Portugal.

Domínios de investigação: teorias sociológicas, migrações internacionais.

Publicações selecionadas (livros): *Portugal: An Atlas of International Migration* (2011, coordenador e coautor), *Migrações e Integração* (2003).



**Joana Azevedo**

investigadora, coordenadora executiva  
joana.azevedo@iscte-iul.pt  
<https://ciencia.iscte-iul.pt/public/person/jffao>

Socióloga.

Professora auxiliar no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).

Investigadora no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL), Lisboa, Portugal.

Co-fundadora de rede de investigadores de migrações, Rede Migra (CIES-IUL).

Domínios de investigação (sociologias das migrações): imigração e emigração portuguesa, migrações qualificadas, participação política e políticas migratórias.



**Inês Vidigal**

assistente de investigação  
imavl@iscte-iul.pt  
[http://www.cies.iscte.pt/investigadores/index\\_todos.jsp](http://www.cies.iscte.pt/investigadores/index_todos.jsp)

Geógrafa.

Assistente de investigação no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL), Lisboa, Portugal.

Domínios de investigação: migrações internacionais, território, espaço, geografia política e internacional.



**Carlota Moura Veiga**

assistente de investigação  
cmnmv@iscte-iul.pt  
<https://ciencia.iscte-iul.pt/authors/author-public-page-1937/cv>

Polítóloga.

Assistente de investigação no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL), Lisboa, Portugal.

Domínios de investigação: migrações internacionais, sustentabilidade Estado-providência português, política nacional e europeia.

Fonte: Observatório da Emigração

### **Anexo 3 – Conselho Científico do Observatório da Emigração**

Membros do Conselho Científico do Observatório da Emigração:

- Rui Pena Pires (CIES, ISCTE-IUL), coordenador científico;
- Ana Paula Beja Horta (CEMRI, UA);
- Constança Urbano de Sousa (Universidade Autónoma);
- Inês Espírito-Santo (CIES, ISCTE-IUL);
- Isabel Tiago de Oliveira (CIES, ISCTE-IUL);
- Joana Azevedo (CIES, ISCTE-IUL);
- João Leal (CRIA, FCSH-UNL);
- João Peixoto (Socius, ISEG-UL);
- João Teixeira Lopes (IS, FL-UP);
- Jorge Malheiros (CEG, IGOT-UL);
- José Carlos Marques (CICS.NOVA, IPL);
- Lúgia Ferro (IS, FL-UP);
- Margarida Marques (IPRI, FCSH-UNL);
- Maria Beatriz Rocha-Trindade (CEMRI, UA);
- Maria João Valente Rosa (IPRI, FCSH-UNL);
- Maria João Vaz (CIES, ISCTE-IUL);
- Marta Rosales (ICS-UL);
- Pedro Góis (CES, FE-UC);
- Rui Gomes (CES, FCDEF-UC).

Fonte: Observatório da Emigração

## Anexo 4 - Exemplo de uma associação pertencente à primeira base de dados (área consular de Estrasburgo)

Nome da Associação	Cidade	Número de Telefone	Morada	Presidente	E-mail	E-mail 2
Associação Cultural dos Portugueses de Thionville	THONVILLE	+33 3 82 34 80 90 / +33 3 82 34 75 56	63 Route de Verdun, 57180 Terville / 83 Rue de Verdun, Terville	Elmira Rodrigues Ribeiro Rua	sfverdun@wanadoo.fr	scaptionville@hotmail.com

Website	X	Y	País	Continente	Ano de Criação	Tipo de Associação
<a href="https://www.facebook.com/Association-Culturelle-des-Portugais-de-Thionville-7748495262746/">https://www.facebook.com/Association-Culturelle-des-Portugais-de-Thionville-7748495262746/</a>	<input checked="" type="checkbox"/>	49.34621020000000	Frância	Europa	1986	Cultural

## Anexo 5 - Exemplo de uma associação pertencente à segunda base de dados

Nome	País	Morada	Número de Telefone	Fax	Email	Website	Presidente	Continentes	Ano de Criação	Tipo de Associação
Associação Portuguesa de Comodoro Rivadavia	Argentina	Belgrano 756, 9000 Comodoro Rivadavia, Provincia de Chubut	542-974-464-305	542-974-464-305	<a href="mailto:asocportuguesa@com.com">asocportuguesa@com.com</a>	<a href="https://www.facebook.com/asocportuguesa/">https://www.facebook.com/asocportuguesa/</a>	José Carlos Madalena	América do Sul	05/10/1973	Cultural

## Anexo 6 - Exemplo de uma associação inativa

Nome	Pais	Morada	Número de Telefone	Fax	Email	Website	Presidente	Continente	Ano de Criação	Tipo de Associação
Centro Português	Suíça	Rte. de l'Industrie 51, 1784 Courpoin	+41 26 684 35 33							